

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL**Edital n.º 443/2007****Alteração ao alvará de loteamento n.º 17/91**

Adolfo Amílcar, vereador do Licenciamento Urbanístico da Câmara Municipal de Penafiel, faz saber que José Pereira Santos solicitou a este município, em 16 de Fevereiro de 2006, a alteração ao lote 1 do alvará de loteamento n.º 17/91, emitido em 20 de Março de 1991, a favor de António de Sousa Magalhães e outros, para um terreno sito no lugar de Campos ou Rande, da freguesia de Milhundos, do concelho de Penafiel, descrito na Conservatória do Registo Predial de Penafiel sob o n.º 19 601, e que a mesma se encontrará, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, pelo prazo de 15 dias, exposto no átrio do edifício do Departamento de Gestão Urbanística, na sede da junta de freguesia interessada na alteração do loteamento, ou em locais por esta indicado, para efeitos de inquérito público e para apreciação por parte de quem o deseja fazer. Qualquer observação deverá ser dirigida ao presidente da Câmara Municipal, em carta fechada, entregue em mão nos Serviços Administrativos Municipais ou enviada pelo correio sob registo.

Para constar e devidos efeitos, publica-se o presente edital e outros de igual teor que vão ser fixados nos locais públicos do costume.

15 de Maio do ano 2007. — O Vereador do Licenciamento Urbanístico, *Adolfo Amílcar*.

2611015665

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**Aviso n.º 9774/2007**

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal do Porto vai proceder à discussão pública do projecto de loteamento com obras de urbanização dos prédios sitos nas Rua de Azevedo, Rua do Lagarteiro e lugar de Azevedo, 504, 685, 689, 691, em Campanhã, cujo requerente é SOTOMAR — Empreendimentos Industriais e Imobiliários, a qual terá início no 9.º dia útil e término no 25.º dia útil após publicação.

O processo de loteamento, com número de identificação 36140/02/CMP, encontra-se disponível todos os dias úteis na Direcção Municipal de Urbanismo, pelo que deverá requerer a consulta do mesmo no Gabinete do Município, sito na Praça do General Humberto Delgado, 266, Porto.

3 de Maio de 2007. — O Director do Departamento de Gestão Urbanística e Fiscalização, *José Duarte*.

2611015545

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**Aviso n.º 9775/2007**

O Dr. Carlos Alberto da Nazaré Almeida, vice-presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, faz saber, nos termos e para efeitos legais, que, por deliberações da Câmara Municipal de Rio Maior na reunião de 20 de Dezembro de 2006 e da assembleia municipal na sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2007, e em conformidade com o estabelecido na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi aprovada a taxa municipal pela emissão de certificado de registo de cidadãos da União Europeia, fixada pela Portaria n.º 1637/2006, de 27 de Setembro, a que se referem os artigos 14.º e 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, que se passa a referir:

Emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia — € 3,50.

8 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Alberto da Nazaré Almeida*.

2611015667

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL**Aviso n.º 9776/2007**

Manuel Rito Alves, presidente da Câmara Municipal do Sabugal, torna público que nomeou para preencher um lugar de técnico de contabilidade de 2.ª classe, do quadro de pessoal desta Câmara Muni-

cipal, depois de efectuado o respectivo estágio, a classificada em 1.º lugar no concurso, Ana Bela Martins Pinheiro.

17 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rito Alves*.
2611015636

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL**Aviso (extracto) n.º 9777/2007****Reclassificação profissional**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do signatário de 9 de Maio de 2007, se procedeu à reclassificação profissional de Carlos Alberto da Rocha Cardão, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 1, índice 181, para asfaltador, operário qualificado, escalão 1, índice 184, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, sendo dispensado do requisito previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do mesmo diploma legal.

O nomeado deve, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, proceder à aceitação da nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

14 de Maio de 2007. — O Presidente de Câmara, *António Carlos Figueiredo*.

2611015650

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**Aviso n.º 9778/2007****Contratos de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, com Débora Cristina César Florindo, com efeitos a partir de 17 de Maio de 2007 e termo em 17 de Maio de 2008, para a categoria de técnica profissional de animação cultural de 2.ª classe, e com Susana da Graça Barroso Nogueira da Silva, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007 e termo em 1 de Junho de 2008, para a categoria de técnica superior de sociologia de 2.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º e 10.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública) e 139.º e 140.º, ambos do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Abril de 2007. — O Vereador com Competência Delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, *Eusébio Candeias*.

2611015693

Aviso n.º 9779/2007**Contratos de trabalho a termo resolutivo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo, pelo prazo de um ano, para a categoria de auxiliar de acção educativa, com Carmen Sofia Miranda Deodato, Margarida Barroca Proença Freitas, Lisete Maria Alfaiate Gomes, Maria Fernanda Ramos Grilo e Daniela Alexandra Silva Santos com início em 2 de Abril de 2007, ao abrigo do disposto nos artigos 3.º e 9.º, n.º 1, alínea h), e 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato de trabalho da Administração Pública), 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e 9.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho.

10 de Abril de 2007. — O Vereador com Competência Delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611015694

Aviso n.º 9780/2007**Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei

n.º 409/91, de 17 de Outubro), torna-se público que foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo pelo prazo de um ano com Adelaide Cristina Rodrigues Cordeiro da Silva, Carlos Alberto Cardoso João, Ezequiel dos Santos Simão, Helena Maria Oliveira Marques, Maria Manuela Domingues de Oliveira, Maria Luísa Brito Barreira, Paula Maria Carvalho Marques da Silva e Tatiana Marisa da Silva Fernandes Ferreira, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2007 e termo em 3 de Abril de 2008, e com Ana Isa Ferreira José, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007 e termo em 2 de Maio de 2008, para a categoria de jardineiro, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º e 10.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública), e 139.º e 140.º ambos do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Abril de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611015698

Aviso n.º 9781/2007**Contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), torna-se público que foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, de Alexandre Manuel Martins de Oliveira, com efeitos a partir de 27 de Março de 2007 e termo em 27 de Março de 2008, para a categoria de encarregado de cemitério, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º e 10.º, n.º 2, da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública), 139.º e 140.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Março de 2007. — O Vereador com Competência Delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, *Eusébio Candeias*.

2611015690

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA**Aviso n.º 9782/2007****Contrato a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos se torna público que foi celebrado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos dos artigos 128.º e seguintes do Código do Trabalho, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, eventualmente renovável, com efeitos a partir de 15 de Maio de 2007, com o técnico de informática de grau I, nível I, Paulo Alexandre dos Santos Serrano, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 332.

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611015687

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO**Aviso (extracto) n.º 9783/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foram nomeadas por meu despacho de 4 de Maio de 2007, o que ocorreu por reclassificação profissional em assistente de acção educativa, e decorrido o período probatório após a publicação das nomeações em regime de comissão de serviço extraordinária (CSE), nos termos do n.º 6.º, conjugados os n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro e, também, o n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, as candidatas graduadas em 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º Maria da Conceição Sendão Gonçalves Passos, Isabel Maria Alfaia Barros Guimarães, Maria Amélia de

Araújo Lima Sampaio, Maria Alexandrina Viana de Sá Meireis, Maria Isabel Coutinho de Araújo, Regina Vieira Martins da Silva e Andrea Dória Pereira Diogo, assistentes de acção educativa.

Os lugares agora ocupados foram criados no quadro de pessoal desta Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal de 18 de Junho de 2003, mediante proposta da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2003, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, apêndice n.º 117, de 4 de Agosto de 2003.

As nomeadas ficam posicionadas no escalão 1, índice 199, a que corresponde o montante de € 650,23, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março, e pela Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro, devendo tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação da nomeação no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

11 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611015544

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL**Aviso n.º 9784/2007**

Torna-se público que, por meus despachos de 17 de Maio e na sequência de concursos internos de acesso geral, são nomeados:

Elisabete Ribeiro Teixeira e Maria Celeste Margarida Fernandes Valente, técnicas superiores assessoras (engenheiro civil) — escalão 1, índice 610.

Gustavo Miguel Rodrigues Maia Rebolho, técnico superior assessor (arquitecto) — escalão 1, índice 610.

18 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

2611016106

JUNTA DE FREGUESIA DE LONGUEIRA/ALMOGRAVE**Aviso n.º 9785/2007****Nomeação**

No uso das competências que me são conferidas pelo artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, torno público que nomeei, através do meu despacho de hoje, a candidata aprovada no concurso interno de acesso limitado para um lugar de assistente administrativo principal, pertencente ao grupo de pessoal administrativo, Maria do Carmo dos Reis Gonçalves, posicionada no escalão 1, índice 222, a que corresponde o vencimento ilíquido mensal de € 725,38.

Nos termos dos artigos 4.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e subseqüente alterações, a ora nomeada deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da data da presente publicação. (Processo isento do visto do Tribunal de Contas — Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *Dinis Manuel Campos Nobre*.

1000311478

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO NICOLAU**Aviso n.º 9786/2007****Lista de antiguidade**

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que está afixada nos locais apropriados e nas instalações desta autarquia a lista de antiguidade de pessoal do quadro, organizada nos termos do artigo 93.º do citado decreto-lei, a qual se reporta a 31 de Dezembro de 2006.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto-lei, cabe reclamação para o órgão executivo no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

26 de Março de 2007. — O Presidente, *Luís Maria Severino Arrais*.

2611015688